

## **Prefácio**

Luiz Oosterbeek<sup>1</sup>

Existe uma diferença de fundo entre História e memória. A História é uma reconstrução interpretativa do passado, apoiada em registos normalizados por metodologias consensualizadas, o mais possível isenta de “emoção e engajamento” no processo de construção do discurso académico, ainda que sempre fruto das reflexões teóricas da época em que é escrita. Neste sentido, a História é sempre a História da Humanidade, mesmo quando se dedica à reconstrução do passado de uma pequena comunidade rural ou de uma família.

A memória é uma reconstrução sensitiva do passado, ainda que possa apoiar-se na História por vezes, serve directamente a construção da identidade e da personalidade dos indivíduos e dos grupos humanos (como bem demonstram os estudos de António Damásio), sendo sempre guiada pela emoção e pelo engajamento, ou ainda pelo esquecimento, intencional ou não. Neste sentido, a

---

<sup>1</sup> Professor Coordenador de Arqueologia e Pré-História no Instituto Politécnico de Tomar, Portugal. Secretário-Geral da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas e do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (Paris).

memória é sempre a memória de alguém, ou de alguns, de entidades discretas e não de abstrações como a “Humanidade”.

A História emerge, e reorienta os seus paradigmas teóricos e epistemológicos, sobretudo em períodos de expansão, de desenvolvimento, quando uma sociedade confiante que exerce um esforço de prospectiva busca situar-se a si mesma num quadro evolutivo mais amplo, que dê sentido ao seu esforço presente. Foi assim com Heródoto, com Lucrécio, com Voltaire, com Vico ou, mais próximo de nós, com Braudel.

A memória é um processo mais permanente, e ao mesmo tempo mais instável. A sua principal função, aprendi com Vergílio Ferreira há mais de 40 anos, é o esquecimento, o processo de selecção. Não podendo lembrar tudo, a memória esquece o que é menos relevante para o seu tempo presente, e converge por isso com a noção de Santo Agostinho sobre o tempo como eterno presente. A memória, sendo limitada e segmentada, é um poderoso instrumento de afirmação identitária mas, por isso mesmo, e ao contrário da História, é excludente e segregacionista. “As minhas memórias não são as tuas... são melhores, pois servem-me melhor” parece ser a frase subliminar que ecoa por detrás das memórias das pessoas e dos grupos. Nesse jogo de

memórias, que é o jogo da interacção dos grupos humanos, a memória estrutura a diferenciação das identidades, o que é uma condição necessária para uma interacção dinâmica positiva, mas não raro é fonte de disputas e de guerras. A História dos Nazis e das vítimas do Holocausto é uma só, por mais que os negacionistas se esforcem por o negar. Mas as memórias de uns e de outros são diversas.

Em tempos de incerteza, de angústia perante profundas alterações geoestratégicas e de modelo socioeconómico, as memórias voltaram a dominar após a queda do muro de Berlim e, sobretudo, quando ficou claro que o século XXI está a ser um século de polaridades múltiplas, crescente insegurança e grandes migrações. Não é por acaso que, ao mesmo tempo que as áreas da memória e do chamado “património cultural”, se expandem, as ciências humanas e sociais viram reduzir-se o seu financiamento e, sobretudo, o seu prestígio social. Em todos os continentes se assistiu na última década à redução da atenção e investimento no ensino da História, da Filosofia ou da Antropologia, é até mesmo das Artes, ao mesmo tempo que se favoreceu o património como instrumento de apoio à economia do turismo e à afirmação segregadora de antigas nações. Processos de desagregação ainda

no seu início, mas que nos obrigam a considerar a forte possibilidade de países como o Reino Unido, a Bélgica, a Espanha, o Brasil ou a China, para não falar da generalidade dos países africanos, mudarem as suas fronteiras nos próximos anos.

Por estas razões, é muito importante que as Universidades e em especial os seus departamentos de Humanidades, promovam o estudo da memória e do património, exercendo um enquadramento académico que, entre outras vantagens, pode ser portador não apenas de conhecimento no âmbito das ciências humanas, mas também promotor de paz. É claramente neste domínio que se tem afirmado a Revista Memória em Rede, dando continuidade a um trabalho no âmbito da Universidade Federal de Pelotas, que tenho o gosto de conhecer há quase duas décadas.

O presente volume, *Acervos Culturais e Suportes de Memória*, inclui uma diversidade de textos, que por um lado possuem implicações globais e de natureza em grande medida estratégica e teórica.

O artigo que abre o volume, de Luciana Ballardo e do nosso saudoso colega Saul Milder, *Gestão de sítios arqueológicos*

*através da documentação museológica do acervo*, destaca de forma muito clara e adequada a importância do registo contextualizado (ou do registo do contexto), buscando um diálogo, muitas vezes difícil, entre as preocupações do museólogo e as prioridades do investigador em arqueologia.

Na sequência, Rafaela Ramos e Fábio Vergara Cerqueira<sup>2</sup> discutem a temática dos *Acervos arqueológicos e cultura material, de suportes de memória a bem cultural: história, património e identidade em jogo*, abraçando de forma densa um amplo leque de questões teóricas, entre as quais destacamos o problema da conflitualidade em torno da memória, questão crucial que nos permite entender que as intervenções que fazemos no campo da memória não relevam meramente da pesquisa histórica.

Por seu lado, o texto de Carmen Schiavon e Olívia Nery, sobre *O Centro de Documentação Histórica da FURG: espaço interdisciplinar de ensino e pesquisa*, indica exemplos interessantes de valorização da documentação no âmbito da educação patrimonial.

---

<sup>2</sup> Colega e amigo, o Fábio foi o primeiro arqueólogo brasileiro que conheci em solo do seu País, já no milénio passado quando colaborei com a UFPEL durante a gestão da Professora Inguelore Scheunemann, tendo acompanhado o seu enorme labor e determinação, transformando uma ideia num grande projecto.

Um segundo conjunto de textos aprofunda metodologias e técnicas de trabalho, de que é exemplo o texto de Margarete Gonçalves, Darci Gatto, Edilson Pollnowe Anderson Pires, *Metodologia para a caracterização de estuque de parede existente em edificações do patrimônio da cidade de Pelotas, RS*.

Também o artigo de Andréa Bachettini, *A imaginária missioneira: Estudo sobre o acervo escultórico do Museu das Missões*, além de discutir aspectos técnicos no domínio do estudo e conservação de acervos, alerta para dificuldades institucionais que não são certamente um caso isolado, e nos devem levar a pensar em mecanismos de articulação entre especialistas e instituições.

O artigo de Carla Gastaud e Cristiele Souza, *Guardar para mirar, guardar para mostrar: Acervos autorreferenciais, da gaveta ao museu*, discute o tema dos epistolários e, em geral, da documentação autorreferencial, incluindo a complexa questão dos seus critérios de catalogação.

É também neste sentido que se estrutura a contribuição de Isabel Nogueira e de João Silveira, sobre *Histórias tecidas a partir dos vestígios de si: arquivos pessoais como suportes de memória*, já que a natureza e organização dos arquivos pessoais ilustram o pensamento dos respectivos proprietários e, por isso, constituem caminhos de aproximação às respectivas identidades. Estão a ser criados twin-labs com Moçambique, Angola e Brasil.

Gunter Axt, em *Perspectiva Interdisciplinar na Gestão dos Arquivos Judiciais no Brasil*, estabelece um frutuoso equilíbrio entre as preocupações metodológicas, as premências patrimoniais e as prioridades da sociedade, num dos dois sectores mais vulneráveis no domínio do património: os arquivos documentais dos séculos XIX e XX (o outro domínio é a imprensa e a produção de mídia do mesmo período).

Eis, pois, um excelente volume, preñado de pistas de reflexão e de contributos relevantes para um dos debates mais complexos deste início de século.